

Filhos do REUNI: avanços e limites do Programa de Apoio e Planos de Reestruturação e Expansão das universidades federais na formação acadêmica dos estudantes

Resumo

O Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais –REUNI foi implementado pelo Decreto nº 6.096/2007, mediante, o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva. Este teve como principal objetivo, de acordo com o Governo Federal, ampliar o acesso e garantir a permanência dos estudantes no ensino superior, além de elevar a taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%, reduzindo as taxas de evasão. Em função disso, este trabalho busca analisar o impacto do REUNI na formação acadêmica dos estudantes do curso de graduação de História, nas modalidades bacharelado e licenciatura, do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional / ESR – Universidade Federal Fluminense em Campos dos Goytacazes, desde sua implantação no 1º semestre de 2011, proposto no projeto de expansão do ESR, assim como os avanços e limites que contribuem para a conclusão, retenção e evasão dos estudantes.

A relevância da pesquisa reside no fato de que, a partir de consultas no Banco de Teses da CAPES, 189 trabalhos sobre o REUNI foram localizados, sendo que a maioria destes analisando o reflexo deste programa no processo de interiorização e expansão das universidades federais, e apenas 9o relacionam à evasão discente, como se pretende analisar nesse trabalho.

A graduação em História, nas modalidades bacharelado/licenciatura, a ser analisada neste projeto, é um curso noturno, voltado para estudantes, em geral, pertencente à classe trabalhadora. Além disso, o ESR/UFF é a única instituição de ensino superior a formar professores da educação básica ou pesquisadores em História na região. Portanto, o curso tem uma importância estratégica para a cidade de Campos dos Goytacazes, contribuindo para a formação de quadros que irão atuar nas instituições públicas e privadas de ensino e pesquisa do Norte Fluminense.

Palavras-chave: REUNI – Evasão – Estudantes – História - UFF

Introdução

A partir da década de 1990, o Estado brasileiro vem, gradativamente, promovendo uma série de reformas no ensino superior, com o objetivo de elevar os níveis de produtividade e de competitividade, amparados na lógica empresarial, fundamentada na racionalidade econômica. De acordo com Neves (2002), a reorganização do ensino superior se articula às transformações do processo produtivo, que impõe a um novo patamar de qualificação para os trabalhadores,

simultaneamente à implantação das políticas neoliberais. Diante desse contexto, o Governo Federal, por meio do Decreto nº 6.096/2007, criou o *Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais*, com o objetivo de expandir vagas, aumentar a ‘qualidade’, ‘democratizar’ o acesso à educação superior, mediante o incentivo à criação de novos *campi*, além de contribuir para a formação de recursos humanos qualificados (SAVIANI, 2009). Em contrapartida, as universidades federais, diante dos inúmeros cortes orçamentários que vêm ocorrendo nas instituições de ensino superior públicas, veem no programa REUNI a possibilidade de pleitear investimentos financeiros de até vinte por centodas despesas de custeio de pessoal.

No entanto, é necessário elaborar e apresentarem seus respectivos planos de reestruturação, estratégias para cumprir as metas estabelecidas pelo REUNI, firmado através de contrato de gestão, assinado pelo Reitor, juntamente com o Ministério da Educação/MEC. As universidades federais deveriam prever em seus planos de reestruturação, estratégias e metas para expansão dos cursos de graduação, principalmente noturnos, ampliando as vagas de ingresso e repondo as vagas ociosas, além de prever medidas para reduzir os índices de evasão. Essa submissão às diretrizes do REUNI teriam que ocorrer num período de cinco anos, a contar da data de adesão, gerando mudanças objetivas na gestão universitária, principalmente no âmbito acadêmico, que influenciará diretamente a formação dos estudantes.

O objetivo do trabalho é investigar a influência do REUNI, na formação acadêmica dos estudantes do curso de graduação em História, nas modalidades bacharelado e licenciatura, a partir de sua implantação no primeiro semestre do ano de 2011, no ESR da UFF/Campos e confrontar com uma das diretrizes do REUNI que propõe a elevação gradual da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%, tendo como meta à redução das taxas de evasão, o que também implica na ampliação de políticas de inclusão e assistência estudantil. Assim, é necessário realizar um breve histórico da concepção e princípios do programa REUNI, além de uma avaliação preliminar que identifique avanços e/ou limites na aplicabilidade desta política pública educacional na intervenção da realidade local do ESR.

REUNI: qualquer semelhança será mera coincidência?

As transformações no sistema produtivo nas últimas décadas do século XX, com a implantação do processo de acumulação flexível (HARVEY, 2008), resultaram em novas exigências para a execução de tarefas simples e complexas. De acordo com Lima (2007), as modificações no modo de produção capitalista incidiram em mudanças para o papel desempenhado pela educação nas sociedades periféricas. Segundo a autora, a expansão do processo educacional tornou-se uma exigência do capital, com o objetivo de ampliar a qualificação dos trabalhadores.

Nesse quadro, visando atender as exigências do capital internacional, a burguesia nacional passou a pressionar o Estado para promover reformas no campo educacional, aparadas, sobretudo, no modelo empresarial, voltado para a busca da competitividade e da produtividade.

Portanto, nesse contexto o REUNI, como política pública educacional, foi elaborado para as universidades federais como oportunidade de democratizar o acesso e a permanência ao ensino superior, rompendo com o caráter elitista das universidades brasileiras¹, uma reivindicação antiga dos movimentos sociais pós-ditadura. Uma reflexão há de ser realizada quando avaliamos o programa REUNI: ele surge para atender a demanda dos movimentos sociais ou do capital internacional? Ou teria ele um caráter de conciliador de classes?

O capitalismo passou por uma crise de acumulação nos anos 1970, marcada pela recessão, baixas taxas de crescimento e altas taxas de inflação (LIMA, 2007). Isso levou a burguesia a se (re)organizar politicamente em busca de um projeto para superar a crise e “não perder espaço para partidos comunistas e socialistas que ganhavam terreno”² frente à indignação dos trabalhadores que enfrentavam as consequências da crise, como a fome e o desemprego. Nesse contexto, o neoliberalismo surge como projeto para recuperar as taxas de lucratividades do capital internacional, com o discurso de que o Estado havia concedido muitos benefícios à classe trabalhadora durante o *Welfare State*.

Os organismos internacionais³, como Banco Mundial (BM), Unesco, Organização Mundial do Comércio (OMC) cumpriram um papel estratégico em elaborar e orientar um conjunto de reformas neoliberais para os países periféricos como garantia do pagamento da dívida externa e da renegociação de novos empréstimos. O governo brasileiro, que passava por uma crise fiscal, se submete aos ditames do Banco Mundial e intensifica o processo de reforma que deveria “redefinir o papel do Estado” (PERONI, 2003), onde atribui a conta da crise fiscal nos gastos públicos financiados pelo Estado para garantir os direitos sociais estabelecidos na Constituição de 1988. De acordo com o documento elaborado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado defende que “reformular o Estado significa transferir para o setor privado as atividades que podem ser controladas pelo mercado” (BRASIL, 1995b, p.11), ou seja, Estado mínimo para as políticas sociais e máximo para o capital (PERONI, 2003).

No Brasil, ao longo da década de 1990, o projeto neoliberal se intensificou através da efetivação das políticas elaboradas pelo Banco Mundial (BM). Estas políticas tinham o objetivo de

¹Segundo pesquisa realizada pelo sociólogo Simon Schwartzman, seis em cada dez estudantes de universidades públicas no Brasil pertencem à camada mais rica da população. É o que mostra um cruzamento feito pela primeira vez pelo IBGE na Síntese de Indicadores Sociais divulgada no dia 12/06/2003. Ainda, 59,9% dos estudantes de instituições públicas de ensino superior têm renda familiar per capita que os coloca entre os 20% mais ricos da população. No outro extremo, a participação dos mais pobres nas universidades públicas é quase pífia. Os 20% mais pobres ocupam apenas 3,4% do total das vagas. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1306200323.htm>

² Harvey, D. (2014).

³Ver LIMA. K. (2007, p. 51)

realizar a reforma do Estado, usando estratégias como a privatização de instituições estatais, a terceirização⁴ e a publicização⁵ de direitos sociais, como a saúde e educação públicas. É sob a ótica do mercado internacional que as políticas públicas educacionais são elaboradas, com foco no gerenciamento, cumprimento de metas, avaliação e resultados.

A política educacional elaborada para a reforma da educação superior brasileira recebeu influência do modelo europeu. Um exemplo disso foi a elaboração do chamado Processo de Bolonha (1999), que tinha como estratégia a uniformização⁶ do ensino superior nos países europeus, por meio de dois ciclos de estudos. O primeiro objetivou a formação inicial de três anos (graduação e pós-graduação) e o segundo na profissionalização (*strictu sensu*; mestrado dois anos e doutorado duração de três anos). Essa reestruturação curricular pautada em ciclos, na prática acelera o processo de formação superior, inserindo o jovem mais rápido no mercado de trabalho. Com isso, tem a possibilidade de competir com as universidades estadunidenses, que já trabalha com a lógica de certificação em larga escala e aligeiramento da formação profissional⁷, garantindo seu monopólio no mercado internacional.

Alguns autores como Lima (2009), Paula (2009) e Predes (2015) remetem a origem do REUNI ao projeto “Universidade Nova” que possui influências do Processo de Bolonha. Portanto, trata-se de um processo de reformulação do ensino superior, em âmbito internacional, para atender às novas exigências do modo de produção. O Projeto “Universidade Nova”, idealizado pelo ex-reitor da Universidade Federal da Bahia, Naomar de Almeida Filho, apresenta os Bacharelados Interdisciplinares/BI como proposta de reestruturação acadêmica para os cursos de graduação.

Nesse contexto, o Governo Federal, em 2007, lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação, por meio do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, regulamentado através do Decreto nº 6.094/2007. Trata-se de uma proposta do Executivo Federal para solucionar o problema da qualidade do ensino público no país. O PDE se organizou em quatro eixos norteadores: alfabetização, educação básica, educação profissional e educação superior. Em relação ao ensino superior, indica cinco princípios relacionados entre si: i) expansão da oferta de vagas; ii) garantia da qualidade; iii) promoção da inclusão social pela educação; iv) ordenação territorial para tornar o ensino acessível inclusive nas regiões mais distantes do país; v) desenvolvimento econômico e social [...](SAVIANI, 2009, p.18).

Com o objetivo de atingir suas metas o PDE propõe três instrumentos: 1) Reestruturação e expansão das universidades federais: REUNI e PNAES – Plano Nacional de Assistência Estudantil; 2) Democratização do acesso: criação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e

⁴ PERONI (2003, p. 62), “transferência para o setor privado, serviços auxiliares ou de apoio”.

⁵ Idem, “transformar uma organização estatal em uma organização de direito privado, pública, não-estatal”.

⁶ Ver CATANI, Afrânio. <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/4.pdf>

⁷ Ver LIMA, K., (2009, p. 3)

reformulação do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) no caso para o ingresso nas instituições particulares e 3) Avaliação como base da regulação: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) (SAVIANI, 2009, p.19).

Para Saviani (2009) o PDE tem características da lógica do mercado, orientado pela “pedagogia das competências” e da “qualidade total”, pois “assim como nas empresas visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes; e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável” (p. 45).

Portanto, esta pesquisa pretende analisar o primeiro instrumento apresentado pelo PDE para executar suas metas na educação superior. O REUNI, surgiu através do Decreto Presidencial nº 6.096 de 24 de abril de 2007, tendo como objetivo ampliar o acesso e a permanência nos cursos de graduação, pelo melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos existentes nas universidades federais (BRASIL, 2007). Inicia-se uma nova etapa na (re) configuração das universidades públicas brasileiras o que modificará suas estruturas acadêmica, administrativa e política através de sua adesão ao programa REUNI.

O REUNI no ESR/UFF em Campos dos Goytacazes

A propaganda do governo federal apresenta o REUNI como uma política educacional democrática, pois abre as portas da universidade pública aos filhos da classe trabalhadora, ampliando o acesso e rompendo com o paradigma da “elitização” das universidades federais. Paralelamente, em 2009, o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) é reformulado com a proposta de unificar o concurso vestibular nas universidades brasileiras, sendo que a nota do exame serve de acesso ao ensino superior em universidades públicas brasileiras através do SISU (Sistema de Seleção Unificada). Para Ortega (2001), o sistema anterior contribuía para o perfil elitista das universidades federais, pois os alunos que tinham condições financeiras de pagar cursos pré-vestibulares conseguiam passar pelo filtro da exclusão. Assim, a flexibilização na forma de ingresso poderia colaborar na democratização do acesso e permanência nas universidades públicas por meio do REUNI.

As universidades federais em nível nacional foram palco de discussões e disputas políticas antagônicas a adesão ao REUNI. Não havia consenso entre os movimentos sindicais e estudantis e os gestores das instituições. Os próprios estudantes se dividiram entre apoiar ou repudiar o programa, visto que a União Nacional dos Estudantes (UNE) era favorável à adesão, pois afirmava que essa era uma das bandeiras histórica de luta dos movimentos sociais: a garantia do acesso e permanência dos estudantes nas universidades federais. Mas, qual o motivo de resistência

por parte dos servidores docentes, técnico-administrativos e estudantes das universidades, sendo esta reivindicação dos movimentos sociais?

Algumas universidades federais fizeram uso da repressão para inibir os movimentos contrários e poder aprovar em seus conselhos a adesão ao REUNI. Na Universidade Federal Fluminense (UFF), a aprovação ocorreu em novembro de 2007, em reunião do Conselho Universitário, realizada no Palácio da Justiça de Niterói/RJ, com a escolta policial, onde estudantes, técnico-administrativos e docentes foram impedidos de participar. Portanto, “a UFF foi uma das últimas universidades federais a aprovar o envio do projeto. Por um só motivo: a comunidade universitária discutiu a proposta e, a partir das decisões de seus fóruns internos, posicionou-se, por ampla maioria, contrariamente ao REUNI” (MATTOS, 2009).

A UFF já tinha uma expansão da sua Escola de Serviço Social de Niterói, na cidade de Campos dos Goytacazes. O Departamento de Serviço Social de Campos (SSC) foi criado em 1962 e se manteve nesta condição ao longo de 37 anos, constituindo-se a única instituição pública de ensino superior na região. Para atender a demanda das mudanças socioeconômicas e culturais e suprir a carência de universidades públicas no norte e noroeste fluminense, o SSC propõe à UFF ampliar sua condição de departamento e se tornar instituto. O Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) foi aprovado pelo Conselho Universitário da UFF em 1999, sendo constituído de dois departamentos: Departamento de Serviço Social (SSC) e o Departamento de Fundamentos de Ciências da Sociedade (SFC). O ESR oferecia curso de graduação em Serviço Social, com extensão de turma no município de Bom Jesus do Itabapoana, no Noroeste Fluminense totalizando 587 alunos de graduação, além de três cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O Colegiado de Unidade que aprovou a participação do ESR no projeto de expansão do REUNI foi acirrado, pois os docentes estavam divididos, tanto que aprovação se deu pela diferença de um voto. Assim, no segundo semestre de 2009, o ESR oferece vagas para ingressantes nos novos cursos de Ciências Sociais, Ciências Econômicas e Geografia. No primeiro semestre de 2011 outros dois cursos: Psicologia e História, sendo que os cursos de Ciências Sociais, Geografia e História, nas modalidades bacharelado e licenciatura, oferecidos no turno noturno.

Além dos cursos de graduação, o ESR oferece pós-graduação *lato sensu* em Serviço Social e outra em Gestão de Segurança e *stricto sensu*: Mestrado em Geografia e o mais recente Mestrado em Ambiente, Desenvolvimento e Políticas Públicas.

Apesar de ganhar cursos novos, a estrutura do ESR não se modificou para atender a demanda. As obras do novo *campus* que seria construído com a verba do REUNI, previstas para ser entregues em 2012, até hoje não foram acabadas e não há previsão.

Além do espaço físico há carência de recursos humanos, o que evidencia que a ampliação do número de vagas discentes com a chegada dos novos cursos no ESR, não acompanhou grau da

demanda, ocasionando a falta de docentes, principalmente no curso de História e técnico-administrativos. Portanto é atual a afirmação de Lima(2007), no que se refere

A explosão do número de vagas discentes nas universidades federais sem a necessária ampliação das vagas docentes (uma ampliação que corresponda efetivamente à reestruturação em curso) é um dado alarmante que caracteriza a intensificação do trabalho docente e a certificação em larga escala em processo no Brasil nos anos de 1990 e na primeira década do novo século.

Ressalta-se que a certificação em larga escala é uma das “diretrizes gerais” do REUNI que recomenda a implantação de “estruturas que prevejam uma formação inicial de curta duração e diplomas intermediários como parte do caminho para a profissionalização ou formação específica” (BRASIL, MEC, 2007a, p.21).

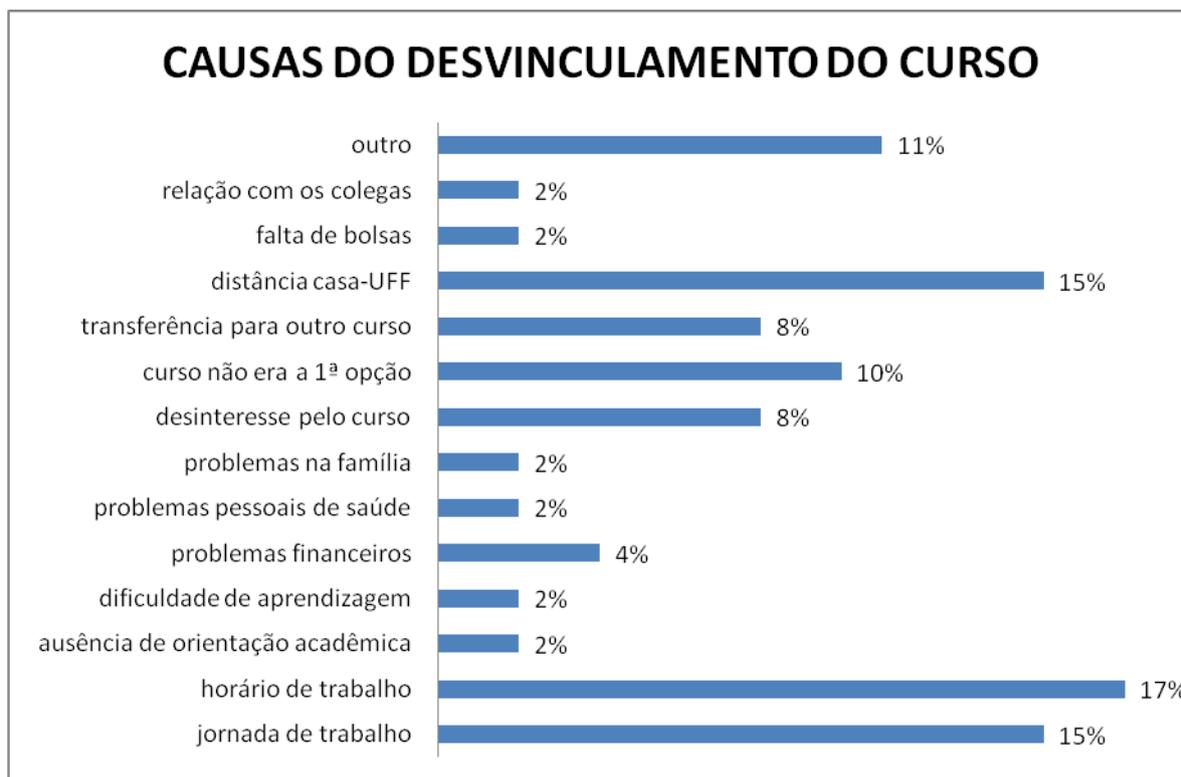
O REUNI apresenta como meta global o aumento da relação aluno por professor (18/1) e pelo aumento da taxa de conclusão dos cursos de graduação para 90%. De acordo com o ANDES-SN (2007), considerando a combinação do aumento da relação aluno/professor com o da taxa de conclusão média, o número de alunos matriculados nas universidades federais praticamente será triplicado. Portanto, isso implicará no aumento do número de alunos por sala de aula e o rebaixamento da qualidade de ensino que provocará consequências comprometedoras no processo de ensino e aprendizagem, fortalecendo o processo de precarização nas universidades federais e o desmonte do ensino superior público (p. 29).

Os estudantes ingressantes no 2º/2009 nos cursos novos do ESR, não encontraram condições de permanência, pois moradia, restaurante universitário, laboratório, biblioteca atualizada com exemplares atuais, não fazem parte da realidade local. Muitos não residem em Campos, e os poucos recursos para bolsas de assistência estudantil não atendem a demanda, dificultando sua permanência.

As condições de infraestrutura necessária para garantir a permanência do estudante até o término do curso é uma das causas da evasão. Com um número crescente de estudantes trancados e evadidos, o Núcleo Pedagógico do ESR começou um estudo com o objetivo de levantar dados sobre o número de estudantes trancados, bem como diagnosticar as causas de evasão dos cursos, tendo como marco temporal o início da expansão 2º/2009 a 1º/2013.

A literatura apresenta três tipos de evasão: a de sistema, a de instituição e a de curso. Nesse caso o foco será a evasão de curso considerada a saída definitiva do curso de origem sem conclusão.

No curso de História conseguimos entrevistar 25 alunos evadidos, os quais apontam algumas causas do seu desvinculamento, conforme gráfico abaixo elaborado entre 1º/2011 a 1º/2013.

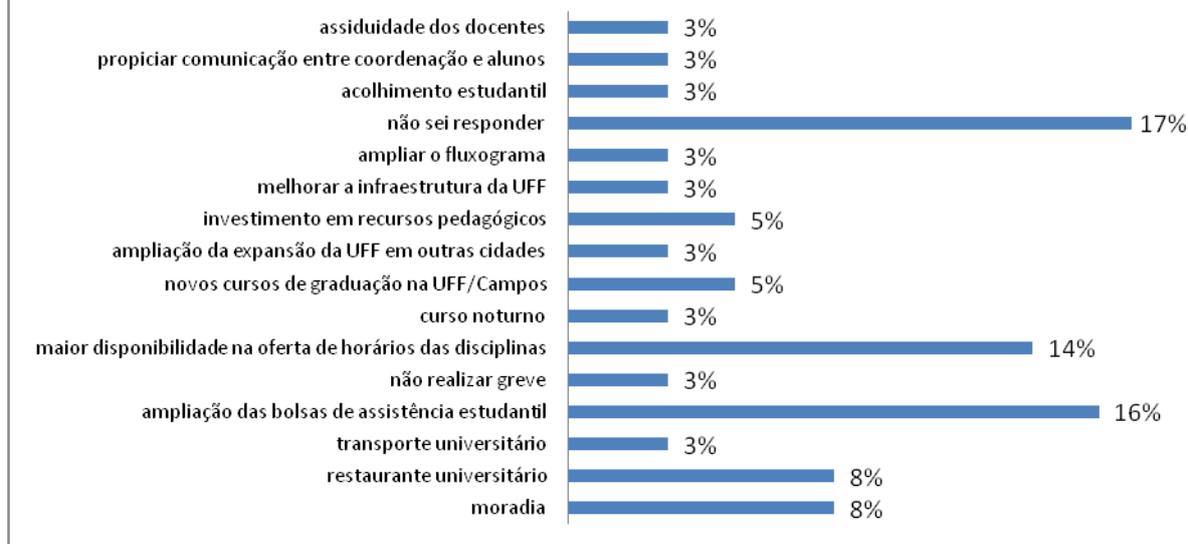


Fonte: Universidade Federal Fluminense – STI – Superintendência da Tecnologia da Informação / Sistema IdUFF
 Organização e montagem: as autoras.

Analisando o gráfico acima podemos concluir que o fator socioeconômico é um empecilho para os estudantes, pois muitos precisam ajudar no sustento da família o que os obriga a trabalhar durante o dia, dificultando conciliar o estudo com a jornada de trabalho. Outros 15% não moravam na cidade e não tinham condições de manter a despesa com pagamento de transporte, sendo que a UFF não disponibiliza esse tipo de auxílio aos estudantes.

No gráfico abaixo, a questão econômica aparece como sugestão dos estudantes para evitar a evasão dos cursos, onde 16% dos entrevistados sugerem a ampliação das bolsas de assistência estudantil; 8% moradia e restaurante universitário e 3% transporte. Outro ponto é a abordagem acadêmica, expressa nas sugestões como a ampliação do fluxograma 3%; investimento em recursos pedagógicos 5%; e flexibilização dos horários das disciplinas 14%. Com base nos gráficos, podemos afirmar que a causa da evasão não é estritamente de caráter socioeconômico, mas sugere também reformulações no âmbito institucional.

PROPOSTAS DE MEDIDAS PARA EVITAR A EVASÃO

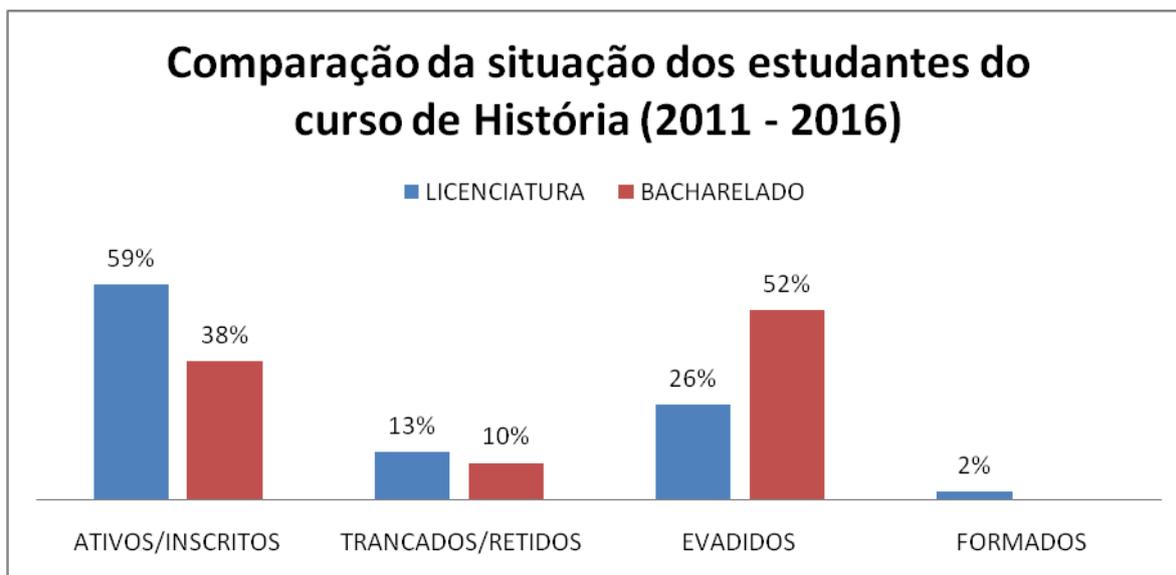


Fonte: Universidade Federal Fluminense – STI – Superintendência da Tecnologia da Informação / Sistema IdUFF
Organização e montagem: as autoras.

Os gestores da UFF parecem ter consciência que estes fatores influenciam a desistência dos estudantes dos cursos, tanto que no Termo de Acordo e Metas celebrado entre a universidade e o MEC e de domínio público à população através da página da instituição que aborda o REUNI, encontramos a seguinte afirmação,

Entende-se que os programas e projetos de assistência estudantil devam ser desenvolvidos, na perspectiva de inclusão social, como instrumentos de acesso, permanência e conclusão de curso dos estudantes, agindo preventivamente nas situações de repetência e evasão quando decorrentes da insuficiência de condições financeiras. Para que o estudante possa desenvolver-se em sua plenitude acadêmica, é necessário associar à qualidade do ensino ministrado uma política efetiva de investimento em assistência, a fim de atender às necessidades básicas de moradia, alimentação, transporte, saúde, esporte, cultura e lazer, inclusão digital, apoio acadêmico, entre outras condições. (www.uff.br/reuni)

Infelizmente, os estudantes da UFF Campos não são contemplados com estas políticas e o número de evasão e retenção se intensifica. Abaixo uma comparação das modalidades de bacharelado e licenciatura oferecidos no curso de História, apresentando uma análise mais ampla do período de 1º/2011 a 1º/2016.



Fonte: Universidade Federal Fluminense – STI – Superintendência da Tecnologia da Informação / Sistema IdUFF. Acesso em 10/08/2016.

Organização e montagem: as autoras.

Do período de expansão até o 1º semestre deste ano, tivemos um total de 312 alunos ingressantes no curso de História (licenciatura). Destes 184 estão ativos/inscritos; 39 estão retidos/trancados e, na maioria das vezes, são os futuros evadidos dos cursos; 82 alunos evadiram e, apenas 7 alunos foram diplomados até o momento.

No bacharelado tivemos um total de 266 ingressantes, sendo que 102 estão ativos/inscritos; 25 estão retidos/trancados e, 139 evadiram do curso, ou seja, mais da metade dos alunos desistiram do curso.

Considerações Finais

A presente pesquisa encontra-se em fase de desenvolvimento. Os resultados parciais apresentados neste ensaio apontam algumas pistas sobre as dificuldades enfrentadas no cotidiano do ESR que aderiu a expansão de novos cursos, ampliando acesso aos estudantes oriundos da classe trabalhadora, mas que até o momento apresenta dificuldades em garantir a permanência dos “Filhos do REUNI” nos bancos da universidade, conflitando com as metas do programa. Por isso a importância de pesquisar as contradições e a influência do programa REUNI na formação acadêmica dos estudantes.

Referências Bibliográficas

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 17ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2008

LIMA, Kátia. **Contra-reforma na Educação Superior: de FHC a Lula**. São Paulo: Xamã, 2007

_____. **Contra-reforma da educação nas universidades federais: o REUNI na UFF. *Universidade e Sociedade***, ANDES-SN, n. 44, Brasília: julho de 2009. p. 147-157

_____. **O Banco Mundial e a educação superior brasileira na primeira década do novo século**. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 86-94, jan./jun. 2011

MATTOS, Marcelo Badaró. **Reorganizando em meio ao refluxo: ensaios de interpretação sobre a classe trabalhadora no Brasil atual**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009

ORTEGA, Eliane Maria V. **O ensino médio público e o acesso ao ensino superior**. Estudos em Avaliação Educacional. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 23, p. 153-176, jan./jun.2001

PAULA, Cristiana Maria de. **Neoliberalismo e Reestruturação da Educação Superior no Brasil: OREUNI como estratégia do governo Lula e da burguesia brasileira para subordinar a universidade federal à lógica do atual estágio de acumulação do capital**. Niterói/RJ. Universidade Federal Fluminense – Dissertação de Mestrado 2009

SAVIANI, Demerval. **Plano de Desenvolvimento da Educação**. São Paulo: Autores Associados, 2009

SILVA, Matheus Castro da. **O REUNI na UFF: da precarização das condições de trabalho à luta nos campi!** Niterói/RJ. Universidade Federal Fluminense – Dissertação de Mestrado 2015

PERONI, Vera. **Política Educacional e papel do estado: no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003

PREDES, Fabiane da Silva de Lemos. **A Implementação do programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI): consensos e dissensos na Universidade federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)**. Seropédica/RJ. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – Dissertação de Mestrado 2015